

Economia, *responsabilidade* do presidente

O presidente eleito, dr. Tancredo Neves, deixou bem claro que assumirá, pessoalmente, o encargo de dirigir a política econômica do País. Em sua última entrevista, durante a qual mostrou, mais uma vez, suas qualidades de estadista, não deixou dúvidas quanto a isso: "Eu posso, politicamente, fazer transições, entendimentos e composições em todas as outras áreas, mas na área econômica e financeira, essa é uma responsabilidade pessoal do presidente da República. Os erros e acertos têm de ser da sua responsabilidade, ele não pode derivar isso para ninguém".

Sabendo da importância desses problemas, que, de fato, determinam a qualidade de vida dos cidadãos, o dr. Tancredo Neves pretende assumir plenamente a responsabilidade da política econômica. Por isso, embora se mostre discreto no que diz acerca dos problemas não-econômicos, ao falar nos problemas econômicos denota uma firmeza que até hoje raramente transpareceu nas palavras de um presidente eleito, uma firmeza que indica, inequivocamente, o caminho que pretende seguir.

Já tivemos oportunidade de alu-

dir à insistência, quase obsessiva, com que ele profliga a inflação, ao abordar questões econômicas. O dr. Tancredo Neves não forma nas hostes dos que acreditam que a inflação possa fomentar o desenvolvimento. Opõe-se a estes reajustes ilusórios de salários (acima da inflação) que só contribuem para a elevação dos preços.

Em sua última entrevista, o dr. Tancredo Neves discorreu sobre um assunto relevante, a saber, a existência de quatro orçamentos (fiscal, monetário, das empresas estatais e da dívida interna), que, na sua opinião, devem ser unificados. É esta uma importante tomada de posição, pois essa unificação, que foi proposta pelo governo atual, encontrou forte oposição por parte de alguns grupos da Aliança Democrática, porque restringe a liberdade de ação do próprio Poder Executivo e porque parece abalar certos privilégios. O dr. Tancredo Neves declarou, porém, de modo enfático: "Este problema da unificação dos orçamentos é uma das metas do meu governo, porque isso é fundamental ao saneamento financeiro da Nação".

Se o presidente eleito conseguir levar a cabo essa unificação, será feito um bom avanço no sentido de manter sob controle a inflação. Com efeito, seria esse o meio de deixar claramente à mostra o déficit real do setor público e de abrir caminho para as medidas saneadoras que a falta de uma visão clara hoje impede que se adotem. Estamos convencidos de que a unificação dos orçamentos permitiria à Nação tomar consciência dos abusos cometidos pelo setor público e do peso que para ela representa o sustento de uma administração tão onerosa.

O dr. Tancredo Neves reconhece que "não existe nenhum país do mundo que se tenha socializado tanto quanto o Brasil nos últimos 20 anos". Frisou ainda: "O capitalismo brasileiro é muito mais socializante do que muitos regimes socialistas". Considera necessário acabar com esse "paraíso das estatais" e entende que a privatização deveria fazer-se através de *joint-venture* entre capital nacional e estrangeiro. Até agora, nem o atual governo havia apresentado uma proposta como essa. O presidente eleito faz também uma clara

advertência: "O que é certo é que, realmente, nós não podemos continuar sacrificando a Nação e o povo para manter um conjunto de empresas estatais que se têm mostrado absolutamente ineficientes e incapazes".

Tendo-se apresentado como mentor da política econômica do País, o dr. Tancredo Neves também não fez segredo quanto à política que tenciona seguir na questão da renegociação da dívida externa, tendo até chegado a pedir que o provável ministro da Fazenda de seu governo comunique essa posição ao diretor-gerente do FMI. É com os bancos credores que o Brasil terá de acertar sua vida. A discussão tem de ser mantida entre devedores e credores, e isso deverá permitir um diálogo em que não se tenha de suspeitar das intenções da parte devedora.

O dr. Tancredo Neves havia pedido sugestões a uma comissão, mas, anteontem, deixou evidente que tinha idéias próprias sobre a questão e que pretendia arcar com as responsabilidades que lhe cabem como presidente com apoio popular não contestado.